

1 **Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - SEDS/PR**
2 **Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS/PR**
3 **Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n – 6º Andar Bloco 'D' - Palácio das Araucárias**
4 **CEP 80530-915 - Curitiba – Paraná**

5
6 **Assembleia Extraordinária**
7 **Conselho Estadual de Assistência Social**
8 **CEAS/PR**
9 **Reunião Extraordinária – 03 de Dezembro de 2018**

10
11

12 Aos três dias do mês de Dezembro do ano de 2018, às 09 horas, em primeira convocação, na sala de
13 gestão do 7º andar da Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS, situada no
14 Palácio das Araucárias, a rua Jacy Loureiro de Campos, s/n °, Bairro Centro Cívico, em Curitiba – Paraná,
15 estiveram reunidos os Conselheiros que compõem o Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR,
16 convocados especialmente para essa Assembleia Extraordinária. **Presenças registradas:** Cleyton Serafim
17 dos Reis (Usuário), Vitória Suzana Skizinski (Usuária), Alexan Carlos Goes (Usuário), Carla Regina W. de
18 Moraes (vice- presidentes/ entidades), Aurora da Aparecida dos Santos (Usuária), Thais Caroline Larini
19 Presense (entidades), Alana de Moraes Vanzela (trabalhadores do setor), Edna Costa de Oliveira (Usuária),
20 Marlene Chichocki da Silva (entidades), Isabelle Farias Mendonça (entidades), Karina Kely dos Santos
21 Valim (entidades), Ariane Brito da Silva (entidades), Nadir Pedroso (trabalhadores do setor), Dorival da
22 Costa (presidente – Dorival da Costa), Dulce Darolt (SEJU), Renata Mareziuzek dos Santos (Coordenação
23 SEDS), Lindalane Mazza Casas (COHAPAR), Márcia Terezinha Steil (SESA), Carmem Cristina Zadra
24 (CPSE/SEDS), Letícia Reis (SEDS), Liliane Kruetzmann Abdo (PGE), Kevin Luan Bossa (SEPL), Sandra
25 Cristiane Kloser Busnelo (SEDS), Fabiana Longhi Vieira Franz (SEDS), Marli Vaz Mussulini (SEJU-
26 Trabalho), Viviane Aparecida Ribeiro (SETI), Daniele H. dos Santos Kahlow (SEAB), e Leandro Telles da
27 Silva (SEED), **totalizando 28 conselheiros aptos para a votação.** Sendo o Sr. Edson Aparecido de Souza
28 Alencar (Suplente/ usuário) e a Josiane Severino dos Santos (Suplente - CPSE/SEDS) suplentes.
29 **Convidados/Colaboradores: Nádia Oliveira de Moura (Secretária de Estado da Família e**
30 **Desenvolvimento Social – SEDS),** Leandro Nunes Meller (SEDS), Márcia Mazzarotto (COGEMAS-
31 SEDS), Gladys Tortato (SEDS/DG), Raquel Bampi (SESA), Juliany Santos (SEDS), Dulcelena Alvez Vaz
32 (MDS), Gilvani Granjeiro (MDS) e Dra. Daniele M. Vieira (Assessoria Jurídica/SEDS). Nesse momento, a
33 vice-presidente, representante da sociedade civil, **Carla Regina W. de Moraes** (OAB Subseção de Palmas),
34 saudou os presentes, sugerindo que pela aproximação do final do ano, haja uma firme reflexão de se dar o
35 máximo as decisões do Colegiado. Já em seguida, o conselheiro representante governamental e
36 Superintendente da Assistência Social – SAS/SEDS, **Dorival da Costa**, deu as boas-vindas às técnicas do
37 Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), presentes em Curitiba, com o objetivo de abordar o **Programa**
38 **Primeira Infância/Criança Feliz, Dulcelena Alves Vaz, Diretora Executiva do Fundo Nacional de**
39 **Assist. Social/MDS e Gilvani Granjeiro (MDS/SNPDH/DAPI).** • **Apreciação da pauta: Aprovada.** •
40 **Indicação da presidência/ governamental.** A SEC Juliana Muller informou sobre a alteração da
41 presidência do CEAS/PR, assim a conselheira Carmem Cristina P. Zadra (SEDS) será substituída pelo
42 conselheiro **Dorival da Costa**, ambos da SEDS. **Aprovado** • **Programa Primeira Infância/ Criança Feliz.**
43 Vinda de Brasília, a Diretora Executiva do Fundo Nacional, demonstrou sua satisfação em estar no
44 Conselho, num ambiente acolhedor e respeitoso, na verdade um indicativo de que o Estado do Paraná
45 realmente encontra-se na dianteira das ações. Assim, parabenizou o governo e os técnicos da SEDS.
46 Registrada a chegada da **Sra. Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social – SEDS,**
47 **Nádia Oliveira de Moura.** Mostrando-se satisfeita, Dulcelena Alves Vaz revelou pertencer ao quadro do
48 Ministério da Saúde e há 10 anos atuando com o Fundo Nacional de Assistência Social. Já a técnica Gilvani
49 Granjeiro explanou ser do Ceará e está em Brasília há 10 anos; anteriormente atuava na Diretoria do
50 Departamento da 1º infância. Agradeceu o espaço aberto, afirmando que o Paraná é um estado
51 extremamente organizado, sendo salutar essa aproximação. Essa agenda permite redirecionar o percurso
52 das crianças. Considerando essa feliz oportunidade, a **Sra. Secretária/SEDS**, agradeceu a visita das
53 convidadas, profissionais incansáveis que trarão muitos esclarecimentos a esse Colegiado. Informou ter ido
54 a Brasília, quando participou do Seminário Internacional da 1º infância, sabe-se da necessidade do
55 fortalecimento dessa faixa etária. Deve-se investir para que o resultado esperado possa ser maior. Em
56 seguida, o presidente e Superintendente de Assistência Social – SAS/SEDS, **Dorival da Costa**, convidou o
57 conselheiro do CEDCA e Superintendente da Garantia de Direitos - SPGD/SEDS, **Leandro Nunes Meller,**
58 para proceder uma análise. O Conselheiro compartilhou que está nessa área desde 2012 e já respondeu

59 pela Presidência do CEAS. No reordenamento, tem-se a área da Assistência Social e a de Garantia de
60 Direitos que engloba crianças, mulheres, pessoas idosas e até algum tempo atrás a pessoa com deficiência,
61 hoje na Justiça e Direitos Humanos. Tem-se trabalhado na SEDS dentro da pauta do CEDCA e a primeira
62 infância (0 a 6 anos) tem sido prioritária, devendo ser observada pelas políticas setoriais: 307 Municípios no
63 Paraná são de pequeno porte. Esse tem no mínimo 10% de população de 0 a 6 anos dentro da CadÚnico;
64 assim, é importante avançar com o reforço da visibilidade. Atualmente, tem-se 40 Municípios com a adesão
65 ao Criança Feliz e desses 27 são de porte 1, necessitando de imperioso apoio. O papel do Estado é
66 institucional e legal; existem programas, projetos e serviços nos 399 Municípios, assim avançar numa
67 agenda construtiva. Tem-se a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, as NOB e a responsabilidade dos
68 Estados em prestar assessoramento, independente de uma adesão. Em dezembro, no CEDCA detectou-se
69 que 62 Municípios no Paraná, tiveram dificuldades e foram reconhecidos com a necessidade de trabalhar a
70 1º infância. Hoje 40 deles estão executando o Programa Criança Feliz. É preciso fortalecer a atenção ao
71 atendimento e avançar com as estratégias e o reforço do diálogo com o MDS. Ter um olhar de construção,
72 avançando na Garantia de direitos e na prioridade absoluta avançar diante do papel do Estado. Na
73 sequência, as técnicas do MDS apontaram que dos 5.570 Municípios brasileiros, 2.140 aderiram, contando
74 com 13 mil visitantes e supervisoras contratados, perfazendo um total de 7 milhões de visitas efetivadas. A
75 estrutura conta com uma Coordenadoria Nacional e deve se repetir nas Coordenadorias Estaduais e
76 Municipais, mais os Comitês. A criança que nasce no território é a mesma que circulará pelas outras
77 Políticas. O conceito é a soma de saberes, é a janela de oportunidades! Quando a criança está em
78 gestação, precisa desenvolver partes do cérebro. Quando se olha para o programa, é visto que se trabalha
79 na promoção do desenvolvimento integral. São utilizados dois conceitos: - interesse e responsabilidades.
80 Agregar tudo isso é por demais importante! Fecham-se as torneiras para a redução da mortalidade infantil.
81 Crianças que recebem visitas domiciliares e utilizam as brincadeiras, vão fortalecendo e chegam com mais
82 prontidão na escola. A diretora **Dulcelena Alvez Vaz** (FNAS/MDS) apontou, que já na gestação, a criança
83 percebe o tom de voz da mãe e dos próximos, não é aos 6 meses! A ciência já mostra que na 1º infância,
84 cerca de 1000 conexões se estabelecem por segundo. Os países que investiram, já estão colhendo agora.
85 Escuta-se que são ações que se sobrepõem e toda visita domiciliar traz uma intencionalidade! Esse
86 programa propõe um tempo de exposição, visitas semanais e equipe com supervisão e material de apoio.
87 Foi esclarecido que no Estado atua-se com grupo de multiplicadores. Esclareceu que o programa está se
88 sobrepondo aos outros serviços tipificados, trazendo um outro olhar, afirmando que passou 22 anos
89 mergulhada na Saúde, respirava o SUS. Considerou que o seu universo era limitado e muitas perguntas só
90 foram respondidas quando foi atuar na Assistência Social. A cada dia vai-se pensando e revendo os
91 conceitos e aí está o crescimento! Rever as orientações e ampliar os conhecimentos! Ser gestor é olhar o
92 programa do alto, não se acende uma luz para ser colocada debaixo da mesa. **Abertura para o debate:** O
93 conselheiro representante da sociedade civil, **Edson Aparecido de Souza Alencar (segmento usuários)**,
94 perguntou como realizar as visitas, já que inúmeros Municípios estão sem pessoal. A vice-presidente, **Carla**
95 **Regina W. de Moraes (OAB de Palmas)** apontou que esse assunto retornou ao CEAS por várias vezes e o
96 diálogo sempre foi valorizado. O Estado do Paraná aderiu ao Programa e voltou atrás, muitos achavam que
97 deveria ser colocado na Saúde. No mês passado, a questão retornou para aderir, porém não se tinha
98 informações necessárias. É produtivo que se esclareça, que os conselheiros têm muita visão quanto ao
99 atendimento à 1º infância, mas questiona-se, porque o Programa Criança Feliz foi colocado na Assistência
100 Social? Enfrenta-se agora a troca de gestão tanto no Estado, como na esfera federal. A conselheira **Márcia**
101 **Steil (SESA)**, informou ter participado da discussão anterior, onde a SESA tem avançado nas discussões
102 obtendo reconhecimento da área federal. É importante ressaltar que sempre se buscou a intersetorialidade,
103 visando um resultado mais promissor. O Presidente, **Dorival da Costa (SAS/SEDS)**, ressaltou que a
104 Secretária – SEDS, Nádya Oliveira de Moura, esteve em Brasília e hoje essa ação está dentro do MDS, não
105 tendo ainda instrumentos concretos. A política deverá adquirir maior volume com o Ministro indicado,
106 assumindo a questão e dando prioridade à fase de 0 a 6 anos. Nesse momento, a Gestora Municipal de
107 Assistência Social do Município de Jardim Alegre, a Sra. Sônia Maria de Santana, solicitou espaço para
108 revelar a experiência do município, onde a maior preocupação é com os recursos humanos e como fazer.
109 Informou que o Comitê foi constituído e só se contava com 3 servidores. Ligado ao CRAS, hoje atende-se
110 59 famílias que recebem orientações. Atualmente conseguiu-se a elaboração de um edital, cujo concurso foi
111 possível inserir a vaga para visitador. A conselheira, **Lindalane Mazza Casas (COHAPAR)**, afirmou ser
112 Conselheira desde 2013 e participou de todas as discussões. Mesmo na Política da Habitação, são
113 atendidos todos os Municípios, sendo a maioria de pequeno porte. Nada se pode perder e assim o Estado
114 deverá promover um alinhamento de conceitos. Pontuou a conselheira **Renata Mareziuzek (SEDS)**, que
115 mesmo sem adesão, é primordial que esses Municípios sejam acompanhados. A Lei da 1º infância é um
116 marco na proteção, assim é preciso fortalece-la e unir esforço. Em seguida, a **gestora do Município de**
117 **Ivaiporã Gertrudes Bernardy**, presente no plenário, testemunhou que cada Município tem a sua

118 individualidade. Comunicou que foram contratados profissionais de Assist. Social e foram realizadas visitas
119 a 150 famílias. O aceite precisa ser visto com outro olhar, trabalhando em rede com a Educação- Saúde e
120 Esporte. Questionou a conselheira **Marlene C. da Silva (APAE de Santa Isabel do Oeste)**, dizendo que se
121 o Estado desistiu da adesão, porque esse retorno, justamente num final de gestão? Complementando, a
122 conselheira **Alana de Moraes Vanzela (do CRESS-11º Região)**, revelou que toda capacitação corre o risco
123 de não se ter continuidade nos serviços. É necessário que sejam construídas equipes fixas. Pensar muito
124 bem em como fazer essa adesão, uma vez que já se executa esse trabalho. Afirmou coordenar um Fórum,
125 do qual fazem parte 19 Municípios e é crucial a falta de Recursos Humanos. A representante do segmento
126 entidade, a conselheira **Ariane Brito da Silva (APAE de Umuarama)** também questionou o motivo de uma
127 reunião extraordinária deste Conselho, num momento de troca de gestão. Afirmou não estar convencida,
128 concluindo mesmo que é uma ação da Saúde. Considerou ainda que o visitador deve ser um profissional de
129 nível técnico, questionando como está a remuneração dos mesmos, mostrando-se surpresa com o número
130 de contratados em um Município de pequeno porte. A diretora **Dulcelena Vaz Martins (FNAS/MDS)**,
131 ressaltou que existem fases no ciclo orçamentário que não podem ser perdidas! Dia 07 finaliza o orçamento,
132 e nada existe por trás disso. Não se terá o Programa Criança Feliz sem um PAIF forte. Alertou a todos, que
133 os dois Municípios que aqui testemunharam, não voltarão atrás, mesmo porque está dando certo. O apoio
134 do Estado é infinitamente maior do que a do MDS. Os outros que decidirem aderir, deverão mesmo buscar a
135 aproximação com o Tribunal de Contas. Desde que o Estado saiu da adesão, muita coisa mudou! Assim, é
136 preciso rever as normativas pois as Políticas Públicas sofrem mudanças. A conselheira e Coordenadora da
137 Política da Pessoa Idosa na SEDS, **Fabiana Longhi Franz**, fez a narrativa de uma questão pessoal
138 ocorrida com seu bebê, vítima de negligência médica. Com permanência em UTI por 86 dias, teve
139 acompanhamento de Assist. Social e Psicóloga, até que seu filho recebeu alta, ao atingir o peso ideal.
140 Assim, qualquer Política Pública que venha a apoiar e proteger as crianças, será sempre bem-vinda. O
141 momento seguinte (5 minutos) foi tomado por reunião em separado, solicitada pela Sociedade Civil.
142 Retornando, os Conselheiros foram declarados aptos para votar. **Em votação: Favoráveis** à adesão do
143 Programa Criança Feliz – **14 votos** e **Contrários** a essa adesão – **14 votos**. A SEC, Juliana Muller informou
144 que o regimento interno do CEASPR não prevê o desempate, assim o procedimento a ser adotado deverá
145 ser resolvido e decidido pelo colegiado como um todo. Pediu a palavra o conselheiro **Cleyton Serafim dos**
146 **Reis (segmento usuário)**, desejando conhecer as justificativas do Presidente e da Vice do CEAS/PR,
147 numa importante decisão que divide o grupo. Quais as responsabilidades que advém dessa medida, já que
148 todos constituem um conjunto. A vice-presidente **Carla Regina W. de Moraes (OAB-Palmas)** pontuou que
149 as discussões foram extensas. Questionou se alguém desejaria mudar o voto. Afirmou que a Sociedade
150 Civil continuaria com a posição de **não concordar** com a adesão do **Programa Criança Feliz**. O
151 **Superintendente de Garantia de Direitos da SEDS, Leandro Nunes Meller**, manifestou-se reforçando o
152 papel do Estado: Hoje são 213 Municípios dos quais 14 já procederam a adesão, com a grande maioria já
153 tendo iniciado a execução. (Financiamento de 1 milhão e 200 mil reais). Como responsável pela articulação,
154 é necessário que se conheça a realidade dos Municípios que já estão executando. A conselheira suplente e
155 Coordenadora da Proteção Social Especial – CPSE/SEDS, **Josiane Severino dos Santos**, apontou a
156 responsabilidade de dar apoio técnico, tendo uma postura definitiva, e a conselheira **Isabelle Mendonça**
157 **Silveira**, representante da Sociedade Bíblica do Brasil, enunciou que o processo de votação já havia sido
158 realizado, sugerindo um caminho para realizar o desempate. Nesse momento, o presidente Dorival Costa,
159 questionou algum conselheiro teria a intenção de **mudar o voto**. A vice-presidente **Carla Regina W. de**
160 **Moraes (OAB-Palmas)**, registrou que a posição da Sociedade Civil a esse tema poderá retornar. E que
161 nenhum momento discordou-se de receber recursos, mas existem posições que precisam ser revistas.
162 Assim, o grupo da sociedade civil não se sente seguro e as representantes do MDS que levem esses
163 retornos. Nesse momento final, bastante comprometida, a conselheira representante governamental, **Dulce**
164 **Darolt (SEJU)** ressaltou que nesse colegiado, todos representam um órgão, assim a sua **Secretaria de**
165 **Estado da Justiça e Direitos Humanos** solicitou a mudança do seu voto. Agora, no último mês do ano,
166 nenhum conselheiro desejaria diminuir os cuidados com as crianças deste Estado. Dessa forma, declarou
167 que mudaria o seu voto, uma vez que nesse momento representa a SEJU. **Votação Final** – 15 votos
168 favoráveis à adesão do Programa Criança Feliz. **13 votos** contrários. **APROVADO** a adesão do Estado do
169 PR ao Programa Criança Feliz. O presidente Dorival agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.
170 Essa Ata foi redigida por Regina Amasiles R. Costa, sendo a Secretária Executiva Juliana Müller, após
171 aprovação estará inserida no site do CEAS/PR e publicada em Diário Oficial.